

Arte Não Autorizada? Pichações e imprensa digital em Florianópolis na última década (2013-2020)

Unauthorized art? Graffiti and the online press in Florianópolis in the last decade (2013-2020)

Ana Beatriz Brüggemann¹

Resumo: Este artigo é componente avaliativo da disciplina de História de Santa Catarina do curso de História da UFSC. Nele, propõe-se um trabalho com a imprensa digital de Florianópolis, a fim de compreender qual o papel dessa como força ativa na manutenção de um projeto de higienização do Centro da cidade. O objeto proposto é a pichação, na qual já venho desenvolvendo pesquisa associada ao Programa de Ensino Tutorial. O objetivo colocado é, partindo da metodologia de análise das fontes escolhidas, perceber como os jornais digitais da região avaliam a pichação e se as narrativas contribuem para a marginalização da prática e expulsão dos praticantes. Como conclusão, percebe-se que as matérias analisadas funcionam como força ativa no sentido de criar uma opinião pública de rejeição da prática, além de perpetuar o ideal de higienização do Centro da cidade, que se estende desde o início do século XX.

Palavras-chave: Imprensa digital; Pichação; Urbano; Florianópolis.

Abstract: This article emerged as an evaluative component of the course on History of Santa Catarina in the History Undergraduate Program at UFSC. Its proposal is to work with the Florianópolis online press in order to understand the media's stance as an active force in the maintenance of a sanitation project in downtown Florianópolis. The proposed object of study is the graffiti, about which I have already been developing research related to the Tutorial Teaching Program. Based on the methodology of analysis from the chosen sources, the objective of the article is to understand how the online newspapers in the region evaluate Graffiti and whether their narratives contribute to the marginalization of the practice and expulsion of the practitioners. In conclusion, it is noticed that the analyzed press matters works as an active force in the direction of creating a public opinion of rejection of the practice, in addition to perpetuating the downtown Florianópolis sanitation ideal, which has been going on since the beginning of the 20th century.

Keywords: Online press; Graffiti; Urban; Florianópolis;

Introdução

Como motivação para a escrita deste estudo, trago a carga da pesquisa que realizei no Programa de Ensino Tutorial em História da UFSC, que pretendia entender as relações entre a arte de rua, na qual escolhi as práticas de graffiti e pichação para me debruçar, e o ambiente

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) em História da UFSC. Contato: anabrgmn@gmail.com

urbano de Florianópolis. Além disso, a pesquisa buscava compreender os diferentes usos dessas práticas ao longo da história, dando atenção especial para o período de emergência delas no Brasil: final da década de 60, quando o país enfrentava o regime ditatorial².

Quando realizei a pesquisa citada, percebi a escassez de estudos acerca da arte de rua com foco no graffiti e na pichação em Florianópolis, principalmente no campo da História. Uma das pesquisas que encontrei e que merece destaque foi a do historiador, artista e arte educador Nichollas Munhoz, que fez um trabalho incrível de história oral, explorando a memória dos artistas de rua de Florianópolis³. Ainda assim, são poucos os artigos e monografias de historiadores que se debruçam sobre o tema dentro de um recorte espacial que contemple a cidade. Pensei, então, que eu pudesse fazer a minha contribuição para o tema a partir deste artigo.

Partindo, portanto, de uma conversa com a História Social, pretendo analisar como a imprensa local vem se posicionando na última década em meio às disputas e tensões estabelecidas no ambiente urbano, cujo recorte espacial determinado é o Centro de Florianópolis. Verificando, ainda, se existe uma continuidade histórica presente no discurso identificado, com ajuda da obra do professor Hermetes Reis de Araújo, *A Invenção do Litoral*⁴, em que fala sobre as reformas urbanas na ilha de Desterro durante o período da Primeira República.

História e Imprensa – considerações teórico-metodológicas

Para entender a escolha da fonte utilizada, primeiro, deve-se compreender o contexto em que esse estudo está sendo escrito. A pandemia da Covid-19 nos restringe como pesquisadores no que tange ao trabalho em campo: pesquisas em arquivos, acervos físicos, encontros para registros de entrevistas e outras tantas formas de coletar fontes ficam impossibilitadas. O trabalho utilizando a imprensa como fonte, por outro lado, se torna uma das formas mais acessíveis de pesquisa, ainda mais na sua forma digital, cuja disseminação se dá com rapidez. É uma fonte que está ao nosso alcance em qualquer momento, bastando alguns cliques, seja no celular, computador ou tablet. Muitas vezes, as notícias não precisam ser nem mesmo procuradas, elas acabam surgindo na nossa tela como sugestão de leitura enquanto rolamos as linhas do tempo das nossas redes sociais. Tendo isso em vista, percebemos como ela faz parte do nosso cotidiano como cidadãos, se tornando uma grande formadora de opinião.

2 A pesquisa pode ser acessada a partir do link bit.ly/visaoparaofuturo.

3 MUNHOZ, Nichollas Bichuete, 2014.

4 ARAÚJO, Hermetes Reis de., 1989.

Cruz e Peixoto⁵ falam sobre essa força da imprensa, e nos ajudam a estabelecer uma metodologia de tratamento das fontes. Para as autoras, as fontes da imprensa não podem ser colocadas como expressões neutras da realidade, assim como nenhuma outra fonte. A imprensa surge como uma ferramenta dentro da luta burguesa por hegemonia inserida no sistema capitalista, e deve ser vista de tal forma:

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas.⁶

E, utilizando-se das ideias de Robert Darnton, elas situam a imprensa, dentro da história social, como uma força social ativa:

Como indica Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.⁷

A imprensa é tratada por elas, portanto, como uma força que, mais do que refletir a realidade, é capaz de formar para a realidade quando cria e modifica consciências. Tendo isso como pressuposto, entendemos que a imprensa, com a força que tem e servindo como ferramenta na luta por hegemonia, pode servir a projetos de sociedade, já que os veículos “delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”⁸.

Consideramos, também, o ambiente urbano como um palco de disputas, seguindo Habermas quando se refere ao espaço público “como esfera de ação política, [...] [e] chama a atenção para a cidade como um local de encontro entre concepções e práticas diferenciadas.”⁹. Os centros urbanos, são, nesses moldes, espaços onde experiências de diferentes grupos sociais são compartilhadas. E espaços, também, aos quais cada grupo pode dar significado de acordo com suas memórias e experiências. A relação entre urbano e população é, portanto, uma relação dialética, já que estes formam e são formados um pelo outro e, “nessa direção, o centro de

5 CRUZ, Heloisa de Faria, 2007.

6 CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257.

7 Ibidem.

8 Ibidem, p. 258.

9 HABERMAS, 1984 apud BARREIRA, 2010, p. 259

idades passou a constituir um dos locais de produção de práticas culturais e políticas baseadas em evocações à memória, simbolizando a ideia de um espaço público a ser ativado e reconstruído”¹⁰.

Tendo isso em vista, podemos imaginar que diferentes interesses permeiam a cidade, e esses podem se chocar, criando tensões e conflitos. Então, mobilizamos esforços a fim de compreender onde os veículos de imprensa locais, como forças sociais ativas, se situam nessas disputas em relação ao nosso objeto de estudo: a pichação.

Para a análise das fontes de imprensa, Cruz e Peixoto sugerem algumas etapas. A primeira delas consiste em identificar a fonte, coletar informações como título, subtítulo e datas relacionadas a publicação¹¹. A segunda etapa refere-se ao projeto gráfico e editorial, quando se percebe como os conteúdos estão distribuídos nas páginas, se existem imagens, charges ou outros elementos visuais¹². Ainda nesse momento faz-se necessário coletar informações sobre quem faz parte do grupo editorial do veículo de imprensa em questão, quem são as “forças sociais”, “proprietários, diretores, redatores”, quais os “espaços de circulação”¹³. E, por último, após ter em vista todas essas características do veículo, se

Propõe o aprofundamento da análise do projeto editorial do periódico na conjuntura por meio de uma leitura mais detida e cuidadosa de seus “conteúdos”, problematizando o movimento do jornal enquanto força ativa - atenta às questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza na agenda pública - naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica.¹⁴

Essa leitura deve buscar encontrar elementos no texto da matéria que nos revelem quais as propostas de “Intervenções na Agenda Pública; Principais Temas e Campanhas Gerais; Posicionamentos Políticos Explícitos Perspectiva Histórica; Construção de Temporalidade; Constituição de Sujeitos Sociais, proposta de alinhamentos e negociação de pactos políticos”¹⁵.

Cabe ressaltar, novamente, que as autoras veem a imprensa “como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, [que] atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa”¹⁶. Pretendo, nesta etapa, entender como a imprensa vem se mobilizando ao longo da última década para criar

¹⁰ BARREIRA, 2010, p. 260.

¹¹ CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 265.

¹² Ibidem, p. 266.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem, p. 267.

¹⁶ Ibidem.

discursos sobre o ambiente urbano – colocando-se, portanto, neste campo de disputas –, discursos esses que criam uma perspectiva de futuro e correspondem a um projeto de espaço urbano ideal.

O que é a pichação?

Ao andarmos pelas ruas, não só do Centro de Florianópolis como também de outros bairros, é comum nos depararmos com escritas nos muros das casas, dos bancos, do comércio, dos prédios abandonados, dos *outdoors*, das placas, e em tantos outros elementos que compõem o espaço urbano. São escritas que nem sempre conseguimos, como transeuntes, identificar o significado, pois possuem uma caligrafia própria. Geralmente, elas são feitas com *spray* ou caneta¹⁷. Algumas trazem mensagens longas, outras são *tags* – “assinaturas” – de grupos ou dos próprios artistas. Essa prática se popularizou no Brasil durante o período ditatorial quando, segundo Franco, existiam pichadores que protestavam contra o regime, ao mesmo tempo em que outros priorizavam a questão estética e poética¹⁸, associados ou não à cultura *Hip-Hop*¹⁹. Hoje, em território nacional, ela é criminalizada pelo artigo 65 da lei 9.605/98²⁰, colocada como vandalismo, mesmo que a prática interfira na cidade somente de maneira estética, sem impossibilitar a utilização do objeto pichado.

Aqui, olharemos para a pichação como uma prática artística e manifestação social portadora de significado pelos grupos que a realizam. Grupos que encontram nos muros do urbano um espaço para manifestação, porque outros espaços públicos os foram historicamente negados, tendo em vista que essa é uma prática que surgiu na periferia e foi apropriada por populações que buscavam espaços no debate público – é o caso dos estudantes e trabalhadores durante o período ditatorial²¹.

17 Para entender um pouco mais sobre as características das pichações de Florianópolis, consulte: MUNHOZ, Nichollas Bichuete. Pichadores de Florianópolis: memória e relações de grupo em meio a metrópole contemporânea. 2014. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

18 FRANCO, 2009, p. 33.

19 Foi por meio da cultura *Hip-Hop* que a pichação emergiu nos bairros pobres dos Estados Unidos, popularizando-se, posteriormente, no Brasil. Você pode saber mais acessando o conteúdo criado por mim em conjunto com o PET História UFSC: bit.ly/visaoparaofuturo.

20 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DA CASA CIVIL. **Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Brasília, BRASIL, 13 fev. 1998.

21 Thiago Soares fala sobre essa e outras questões relacionadas ao uso da pichação durante o período da ditadura empresarial-militar brasileira em sua obra: SOARES, Thiago Nunes. *Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil*. Curitiba: Appris, 2018.

Gonçalves e Estrella falam sobre como a arte de rua se coloca como um meio de comunicação e resistência frente ao sistema vigente:

Atualmente a vida cotidiana contemporânea se constitui também e, especialmente, pelo atravessamento dos sistemas tecnológicos de comunicação e de seus jogos discursivos de poder. É nesse cenário que a arte urbana assume um papel efetivo de re-convocação dos sentidos e da reflexão sobre nossa atual condição urbana. Ao se lançar nessa missão de atravessar e interferir no fluxo de vida, especialmente o cotidiano urbano, a arte negocia com o sistema vigente e, mais uma vez, retoma, de outra forma, a sua condição de força de resistência.²²

Dessa forma, a pichação pode ser vista como uma forma de o artista, por meio da cidade, se comunicar com o transeunte. E ela possui, ainda, uma força de questionar o sistema, carregando, se quiser, uma opinião política capaz de mobilizar. É uma das forças que se impõem no ambiente urbano, assim como a imprensa, da qual tratamos anteriormente. Em seguida, analisaremos como essas forças se relacionam pensando no ambiente urbano do Centro de Florianópolis na última década.

Pichação e Imprensa: apenas um dos conflitos no urbano

Para a realização dessa análise, selecionei seis matérias veiculadas digitalmente entre os anos de 2013 a 2020, cuja redação trazia a palavra “pichação” em algum momento no corpo do texto. Apesar de digitais, todos os veículos de imprensa que serão aqui mencionados são também televisivos.

Antes de identificarmos cada uma das matérias, pretendo entender quem são cada um dos veículos que as circulam. Três dos artigos encontrados são do Grupo ND, cujo canal televisivo corresponde à filial catarinense da Rede Record. *Online*, o jornal recebe o nome de ND+ (NDmais). Em sua página institucional, o jornal assume sua “identidade corporativa como Grupo empresarial independente”²³, ressaltando a importância da comunicação regional, colocando como visão “Ser líder em mídia regional, com produtos e serviços de excelência e inovadores, gerando resultados crescentes para clientes, o grupo e sociedade.”²⁴. Algumas outras informações são igualmente importantes. Como missão, coloca contribuir “com o desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina e do Paraná”²⁵ citando inclusive o PIB dos dois estados. Por último, coloca seus valores. Quero destacar aqui os seguintes: “Defender

22 GONÇALVES; ESTRELLA, 2007, p. 104.

23 Grupo ND, [s.a].

24 Ibidem.

25 Ibidem.

a democracia, a liberdade de expressão e a livre iniciativa; Pluralidade de informação, opinião e compromisso com a ética.”²⁶.

A partir dessas informações, podemos reconhecer algumas características do veículo. Quando coloca que sua visão é ser líder em mídia regional defende, de certa forma, o monopólio dessa mídia. Quando assume sua preocupação com o desenvolvimento socioeconômico vê-se que a prioridade é a economia, isso fica ainda mais nítido quando fala sobre livre iniciativa. Entretanto, um de seus valores propõe pluralidade de informação e opinião, veremos como esses valores refletem nas matérias encontradas.

Vamos começar pela análise de uma matéria veiculada pelo ND+ em 2017. Seu título é “Pichadores vandalizam mobiliário urbano e prédios no Centro de Florianópolis”, cuja descrição é “Segundo a Câmara dos Dirigentes Lojistas, um em cada três imóveis no Centro Histórico estão pichados. Neste primeiro semestre, apenas um flagrante foi realizado pela PM”²⁷. A matéria foi escrita por Michael Gonçalves e sua circulação se deu no site do ND+, de forma *online*. Ao longo da matéria encontramos duas imagens, a primeira é de um dos entrevistados pelo jornal, o empresário Rafael Althoff, em frente a prédios pichados. A segunda é de uma pichação feita em uma base da polícia militar no Centro.

Logo no início da matéria, Gonçalves faz uma diferenciação entre o grafitti e a pichação: “Diferente do grafite, arte que valoriza os espaços públicos e privados, as pichações estão tirando o sossego de comerciantes, empresários e população em geral de Florianópolis.”²⁸. O grafitti, justamente pela diferença estética em relação à pichação, é normalmente mais aceita pela sociedade civil. O que pouco se sabe é que as duas práticas vêm de uma origem comum, e que muitas vezes quem grafita também picha²⁹.

O texto conta com algumas entrevistas e percebemos a repulsa de todos os entrevistados em relação à prática da pichação. Rafael Althoff, por exemplo, faz um elogio a João Dória, pelo projeto Cidade Linda, que apagou dezenas de expressões das paredes da cidade de São Paulo, falando que essa operação deveria se repetir na cidade de Florianópolis.

A matéria associa a pichação à sujeira, vandalismo, crime, coloca o texto da lei que a criminaliza em seu corpo, não abre margem para questionamentos sobre as motivações que a faz existir. Os seus praticantes são criminosos. Entretanto, o que vemos no Centro da cidade,

²⁶ Ibidem.

²⁷ GONÇALVES, 2017.

²⁸ Ibidem.

²⁹ FRANCO, 2009, p. 20.

principalmente em relação ao patrimônio público são prédios históricos que aparentam estar sem manutenção há anos, o que impossibilita o uso do patrimônio por parte da população, inversamente às pichações, que são escritas que alteram apenas esteticamente o objeto.

Uma outra fala emblemática no corpo da matéria é a de Rafael Salim José:

O diretor de Desenvolvimento da CDL Florianópolis e coordenador do Núcleo do Centro Histórico, Rafael Salim José, afirmou que a cada três imóveis na região, um sofreu vandalismo por pichação. Para o diretor, o poder público precisa incentivar a ocupação dos espaços que deixaram de ser frequentados pelas famílias. “Estamos desenvolvendo um trabalho para revitalizar o Centro Histórico, porque acreditamos que ninguém se preocupa quando um local abandonado é vandalizado. Espaços bem cuidados são ocupados por pessoas de bem, que evitarão atos de pichadores. Os empresários também devem se unir e por meio de troca de informações para os órgãos responsáveis identificar os infratores”, destaca.³⁰

Duas questões podem ser levantadas a partir desse trecho retirado da matéria. A primeira delas, a associação das “pessoas de bem” àquelas que compõem um núcleo familiar e somente. Outra questão muito tocada quando se fala na “vandalização” dos espaços é em como revitalizá-lo, porque se acredita que o local está esvaziado, abrindo margem para a prática. Barreira fala sobre como os projetos de revitalização podem ser resultado de uma perda de hegemonia de poder no espaço público, quando “No intuito de ordenar espaços e devolver ao centro o papel hegemônico perdido, as políticas urbanas contemporâneas vêm procurando fomentar ações culturais diferenciadas.”³¹ A ideia de revitalização está também associada ao ideal que se procura atingir e qual parte da população deve frequentar o espaço público. Segundo o trecho do artigo do ND+, famílias podem frequentar, pichadores devem ser evitados e, se possível, presos.

Ao que o texto da matéria indica, o jornal buscou ouvir e unir forças à reivindicação dos lojistas do Centro da cidade, pois entende que estes são os que têm mais prejuízos por conta da pichação.

A segunda matéria, veiculada ainda pelo ND+, contrapõe o que chama de “arte pública” às pichações. Escrita pelo colunista Marcos Cardoso, que analisa, como sua curta biografia junto à matéria diz, a sociedade e os eventos culturais da região. O título é “Arte pública contrasta com pichações no Centro de Florianópolis”³² e a matéria foi veiculada em julho de 2020 dentro da categoria “cultura” do jornal. As palavras que o colunista associa às pichações

³⁰ GONÇALVES, 2017.

³¹ BARREIRA, 2010, p. 256.

³² CARDOSO, 2020.

são “melancolia” e “dó”. O texto em si é muito pobre em questão de informação. Traz exatamente quatro frases em relação às pichações e, posteriormente, insere imagens das esculturas artísticas que, segundo Marcos, contrastam com a melancolia da prática do picho e o abandono dos prédios.

O que podemos tirar dessa matéria é, principalmente, essa contraposição que retira totalmente a possibilidade de as pichações serem consideradas manifestações artísticas. O texto faz juízo de valor, onde as esculturas “compensam” a tristeza a que as pichações remetem. Não existe a chance de quem produz as pichações não serem vândalos, essa é a única alternativa que lhes é colocada.

A próxima e última matéria veiculada pelo ND+ foi escrita por Moacir Cardoso, cito aqui a pequena biografia que acompanha seu nome na página da matéria: “Notícias, comentários e análises sobre política, economia, arte e cultura de Santa Catarina com o melhor comentarista político de Santa Catarina. Fundador do Curso de Jornalismo da UFSC. Integrante da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, é autor de 53 livros publicados.”. Essa matéria é interessante, pois traz somente um parágrafo escrito e um vídeo de um cinegrafista amador. Moacir Pereira, jornalista influente e de longa carreira, não conseguiu escrever mais de um parágrafo sobre a manifestação das pichações no Centro da cidade.

A matéria intitulada “Centro histórico de Florianópolis: sujeira, pichações, lojas fechadas, abandono”³³ foi veiculada em dezembro de 2020, quando, assim como a anterior, já estávamos sob a pandemia da Covid-19. O título é acompanhado por um subtítulo “Dá uma tristeza circular pelas ruas João Pinto, Tiradentes e adjacências”³⁴. A matéria está situada dentro da categoria “política brasileira” do jornal. O parágrafo único presente na página diz:

A situação das vias situadas no lado sul da Praça XV de Novembro, centro histórico de Florianópolis, está uma vergonha, no mais completo abandono. As ruas Tiradentes e João Pinto transformadas em “terra de ninguém”: lojas fechadas pela crise, paredes tomadas de pichações, colchões e caixas de papelão nas calçadas e craqueiros tomando conta. Uma tristeza. E uma vergonha.³⁵

Acredito que a crítica de Moacir está associada aos comércios terem sido fechados durante parte da pandemia, mas ele não deixa de associar as pichações à ideia de abandono e sujeira.

³³ PEREIRA, 2020.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem

Essa associação com o abandono é muito comum quando falamos em pichação. Mas se as pichações são parte dos significados que seus praticantes dão para o urbano, teoricamente essa associação não deveria fazer sentido. É, de fato, um ambiente que está sendo ocupado, mas não de maneira que siga o ideal de ambiente urbano que o jornal prega.

Apesar de o ND+, veículo de imprensa analisado acima, pregar a pluralidade de informação e opinião como um de seus valores, o que vemos em relação ao tema proposto é uma linha de raciocínio única: pichação colocada como sujeira, vandalismo, abandono, atentado contra a propriedade privada e o patrimônio público, crime.

A próxima matéria é de 2015 e foi veiculada no *site* do G1 Santa Catarina. O G1 é um veículo nacional do Grupo Globo e assume grande visibilidade. Seu diretor geral de jornalismo é Ali Kamel, jornalista e sociólogo que tem obras em crítica ao antigo presidente Lula e à sua política de cotas raciais, e o coordenador local responsável pela subdivisão correspondente ao estado de Santa Catarina é Fabrício Vitorino, que também é gerente de conteúdo da rede NSC.

O portal G1 conta com uma página “Princípios Editoriais do Grupo Globo”³⁶. Uma das partes que acredito valer a pena mencionar é o princípio colocado da isenção, onde são abordados alguns tópicos, entre eles:

[...]

a) Os veículos jornalísticos do Grupo Globo devem ter a isenção como um objetivo consciente e formalmente declarado. Todos os seus níveis hierárquicos, nos vários departamentos, devem levar em conta este objetivo em todas as decisões;

b) Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerar convenientes;

[...]

i) O Grupo Globo é apartidário, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;

[...]

l) O Grupo Globo é independente de governos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos;

m) O Grupo Globo é independente de grupos econômicos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos. Por esse motivo, as decisões editoriais sobre reportagens envolvendo anunciantes serão tomadas a partir dos mesmos critérios usados em relação aos que não sejam anunciantes;

[...]37

³⁶ Grupo Globo, [s.d.].

³⁷ Ibidem.

O alfabeto de tópicos é extenso, alcançando a letra Z. Coloco aqui somente os que acredito serem mais interessantes para nosso estudo. Tendo em vista a importância que o jornal dá para a isenção, percebemos que há uma busca ferrenha pela neutralidade em suas matérias. O tópico “b)” dá a entender que essa neutralidade pode ser alcançada pela diversidade de pontos de vista abordados nas reportagens.

A notícia encontrada veiculada no G1 SC em agosto de 2015 recebe o título “Centro histórico de Florianópolis é alvo frequente de pichadores”, com o subtítulo “Polícia militar afirma que vai intensificar fiscalização. Câmeras de monitoramento não flagraram autores.”³⁸. Como autor, a matéria coloca somente o grupo G1 SC.

O corpo do texto conta com um vídeo – que está fora do ar, provavelmente pelo fato de a matéria ser antiga – e duas imagens de pichações. A matéria trata a pichação somente como crime, contando com depoimento de um comandante do 4º batalhão da PM:

Crime

Quem for flagrado pichando vai responder criminalmente pelo ato de vandalismo. "Pode resultar inclusive em prisão dependendo do patrimônio e do grau de destruição que ele promove", afirma o comandante do 4º Batalhão da PM.³⁹

Crime e vandalismo são as associações à pichação feitas pelo portal, que ainda ressalta a dificuldade para flagrar e prender os praticantes. Para além disso, a notícia não traz reflexões, apenas fala dos esforços da polícia militar para identificar os pichadores.

Algo que eu gostaria de destacar é acerca da segunda imagem colocada no artigo. É a imagem de uma pichação que questiona “pátria educadora?”. A pichação, claramente carregada de crítica social, não recebe nenhum tipo de reflexão ou esclarecimento em relação ao que significa, cuja legenda só faz referência à busca pelos autores: “Câmeras de monitoramento não flagraram autores (Foto: Reprodução/RBS TV)”⁴⁰

A última matéria da nossa lista foi veiculada pelo NSC Total, filial da Globo em Santa Catarina, que não possui página própria para falar quem são sua equipe e colaboradores, nem para falar suas perspectivas, visões, princípios ou valores. Entretanto, sabemos que assim como o G1 SC, está sob comando do gerente de conteúdo Fabrício Vitorino. É importante citar também que o site limita acessos. A partir da leitura de dois artigos, você só conseguirá ler a terceira ao assinar o Clube NSC, pago mensalmente, o que, de certa forma, restringe o público

³⁸ G1 SC, 2015.

³⁹ G1 SC, 2015.

⁴⁰ Ibidem.

do portal. Além disso, inclusive a leitura da matéria gratuita é dificultada pelo surgimento de anúncios do Clube NSC inúmeras vezes sobre o texto.

Esse artigo é o mais antigo dos selecionados, foi postado em agosto de 2013 e faz parte de uma série de reportagens dedicadas ao Hip Hop Floripa. O título é “Em Florianópolis, a arte urbana incorpora elementos do folclore e do mar”, o subtítulo “Na última reportagem da série Hip Hop Floripa o assunto é o grafite”⁴¹, cuja autoria é dada para a Redação do NSC. Na verdade, o artigo pretende falar sobre o grafitti, mas em um momento vê a necessidade de diferenciar a prática da pichação:

Grafite ou pichação?

Aos que ainda têm dúvida sobre a diferença entre grafite a pichação, a lei brasileira esclarece: o que os diferencia é a intenção e qualidade. A Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, colocava o grafite no mesmo nível da pichação e o proibia. Em 2011, a Lei 12.408, de 25 de maio de 2011, legalizou a expressão: “Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário”.⁴²

Esse excerto é interessante pois traz informações sobre como o portal vê a prática da pichação.

Primeiro, coloca que o que define a diferença entre as práticas do grafitti e da pichação é a lei – um não é crime, o outro é. Quem define não são os praticantes. Coloca intenção e qualidade como as principais diferenças. O ato de negar a qualidade ignora, por exemplo, o fator de os praticantes estudarem caligrafia. Ignora que a forma que a pichação também é resultado de um acúmulo de conhecimento e estudo. Além disso, segundo Munhoz, o pichador precisa também compreender uma série de códigos relacionados à prática, aos grupos praticantes e às especificidades do local onde pratica⁴³.

Ainda sobre o trecho anterior, o texto coloca a intenção como uma diferença entre o grafitti e o picho. Mas qual a intenção do picho? Ele não especifica.

Antes mesmo de colocar essa diferenciação entre as duas expressões de arte urbana, o texto afirma algumas vezes que o caráter que o grafitti assume em Florianópolis é “mais leve” do que sua forma tradicional: “Se o grafite nasceu como uma forma de expressar as dificuldades, de criticar e desabafar, em Florianópolis ele é mais colorido e leve, incorporando a proximidade com o mar e o folclore local”⁴⁴. Entendo que a intenção da redação é valorizar

⁴¹ Redação NSC, 2013.

⁴² Ibidem.

⁴³ MUNHOZ, 2014, p. 26.

⁴⁴ Redação NSC, 2013.

o grafitti e o trabalho dos artistas entrevistados, entretanto, é contraditório afirmar que ele assume um caráter mais leve e alegre quando as expressões existentes consideradas mais “pesadas” – e aqui coloco nas minhas palavras – são deslegitimadas enquanto arte. Todas as outras matérias lidas afirmam a existência das formas mais críticas de arte urbana em Florianópolis, mesmo que não consideradas pelos veículos de imprensa enquanto arte. As formas críticas existem, e de maneira abundante em Florianópolis, como visto anteriormente.

Todos os artigos citados seguem uma linha de pensamento muito parecida, a de criminalizar a prática da pichação. Até mesmo aqueles que tentaram valorizar alguma espécie de arte urbana colocam a pichação como sua contraposição, como o que deve ser evitado. As matérias analisadas funcionam como força ativa no sentido de criar uma opinião pública de rejeição da prática, além de perpetuar o ideal de higienização do Centro da cidade, que se estende desde o início do século XX, quando Florianópolis passa por reformas urbanas que buscavam “regenerar” a cidade, partindo do viés médico-sanitarista⁴⁵. Hermetes de Araújo, quando fala sobre as reformas em Florianópolis no período da primeira república, afirma que elas serviram para “o estabelecimento de uma hegemonia e para o processo de afirmação da classe burguesa no país”⁴⁶.

Ainda em sua obra, o autor coloca como consequência desse processo de higienização da cidade de Florianópolis a exclusão das camadas e dos costumes que não se adequavam à nova ordem social estabelecida, levando-as à marginalidade:

A partir destas injunções, os indivíduos, cujos hábitos, costumes e formas de sobrevivência não se enquadram sem às codificações disciplinadoras e moralizantes que se apresentaram na época — como foi o caso de consideráveis segmentos da população do litoral catarinense e da ilha onde se situa a capital — eram configurados como um desvio, como uma negatividade que remetia ao campo dos elementos que poderiam constituir uma ameaça à ordem que se tentou estabelecer. E essas práticas justificaram grandemente os anseios de erradicação dos costumes e dos valores das camadas sociais que não formavam os segmentos que se pautavam pelas normas de uma sociedade em crescente processo de mercantilização das coisas e dos homens.⁴⁷

A associação que se faz da pichação à sujeira demonstra certa continuidade dessa visão sanitaria, que justifica a partir dessa a exclusão dos indivíduos – no caso deste estudo, os pichadores – que não se ajustam à ordem social burguesa. A imprensa somou forças na

⁴⁵ ARAÚJO, 1989, p. 172.

⁴⁶ Ibidem, p. 195.

⁴⁷ Ibidem, p. 196.

realização desse projeto de exclusão durante a última década, como vimos, pensando no Centro de Florianópolis.

Entretanto, o que é mais interessante na prática da pichação, ao meu ver, é que ela se nutre dessa rejeição, ela não pretende ser aceita. O seu objetivo na maioria das vezes é justamente questionar os moldes e os usos do espaço urbano. As antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert falam sobre o caráter transgressivo que a arte de rua pode assumir:

Na composição estética das edificações dos modernos centros urbanos, é frequente apontar-se a arte de rua como um tipo de manifestação que se polemiza com os constrangimentos sociais advindos do individualismo de massa, no esforço de uma geração em marcar os espaços públicos da vida urbana com uma assinatura visual, não apenas questionando regras e leis comuns em uso em tais territórios, mas criando novas maneiras de fruição estética em suas ambiências.⁴⁸

A pichação questiona as relações de poder que se estabelecem no ambiente urbano e, portanto, é fortemente combatida pelos meios que tendem a perpetuar a hegemonia burguesa nesse espaço. A imprensa digital local surge como uma força de defesa dessa hegemonia.

Conclusão

Esse trabalho uniu esforços para compreender as relações entre duas forças que formam o ambiente urbano: a imprensa digital local e as pichações. Assim como Priscilla Lima, olhei para as pichações “como manifestações dos anseios de luta social vividos na cidade, reflexos da paisagem urbana e do caos que ela acompanha.”⁴⁹ A partir da análise das matérias encontradas que mencionavam a palavra “pichação”, entende-se que a prática tem forte reprovação por parte da imprensa, que demonstra estar de acordo com o poder hegemônico burguês. A pichação não se enquadra nos moldes capitalistas, justamente por questionar seu sistema. Tenta-se sempre estabelecer um distanciamento entre a pichação e o graffiti, pois o segundo conseguiu se adaptar de forma com que fosse acolhido pelas forças hegemônicas:

Ou seja, enquanto o graffiti é por muitos visto como expressão artística, a pichação é vista como uma doença do espaço urbano, um ato sujo de alguém que está fora do sistema. Dessa forma, a pichação não se insere nos espaços “sacralizados” da arte, ora por não compartilhar dos padrões estéticos

⁴⁸ ROCHA; ECKERT, 2016, p. 42.

⁴⁹ LIMA, 2018, p. 136.

impostos como artísticos, ora por não se inserir na lógica capitalista, visto que, além de não ser reproduzível, não é rentável.⁵⁰

A associação da pichação com a sujeira também nos faz perceber a ligação do discurso da imprensa com o ideal de reforma urbana sanitarista iniciada no século XX, sob a qual o professor Hermetes Araújo se debruça em sua pesquisa. Reforma que reservava o ambiente urbano para setores específicos.

Pode-se dizer que a pichação, como uma manifestação artística que busca justamente tensionar o ambiente urbano, está conseguindo alcançar seu objetivo quando aparece sendo repreendida pela imprensa, que segue se esforçando na defesa da cidade que acredita ser ideal.

⁵⁰ GONÇALVES; ESTRELLA, 2007, p. 106 apud. LIMA, 2018, p. 63.

Fontes:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DA CASA CIVIL. **Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Brasília, BRASIL, 13 fev. 1998.

REDAÇÃO NSC (Florianópolis). NSC Total. **Em Florianópolis, a arte urbana incorpora elementos do folclore e do mar**. 2013. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/em-florianopolis-a-arte-urbana-incorpora-elementos-do-folclore-e-do-mar>. Acesso em: 24 mar. 2021.

G1 SC (Santa Catarina). G1. **Centro histórico de Florianópolis é alvo frequente de pichadores**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/08/centro-historico-de-florianopolis-e-alvo-frequente-de-pichadores.html>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MICHAEL GONÇALVES (Florianópolis). ND+. **Pichadores vandalizam mobiliário urbano e prédios no Centro de Florianópolis**. 2017. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/pichadores-vandalizam-mobiliario-urbano-e-predios-no-centro-de-florianopolis/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MARCOS CARDOSO (Florianópolis). ND+. **Arte pública contrasta com pichações no Centro de Florianópolis**. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/arte-publica-contrasta-com-pichacoes-no-centro-de-florianopolis/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MOACIR PEREIRA (Florianópolis). ND+. **Centro histórico de Florianópolis: sujeira, pichações, lojas fechadas, abandono**. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica-brasileira/centro-historico-de-florianopolis-sujeira-pichacoes-lojas-fechadas-abandono/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Grupo ND. ND+, [s.d.]. Institucional Grupo ND. Disponível em: <https://ndmais.com.br/sobre/>. Acesso em 06 maio 2021.

Grupo Globo. G1, [s.d.]. Princípios Editoriais do Grupo Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em 06 maio 2021.

Bibliografia:

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. 1989. 215 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

BARREIRA, Irllys Alencar F. **Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos**. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 255-266, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2021.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 0, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FRANCO, Sergio Miguel. **Iconografias da metrópole**: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo. 2009. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.16.2009.tde-18052010-092159. Acesso em: 24 mar. 2021.

GONÇALVES, Fernando do Nascimento; ESTRELLA, Charbelly. Comunicação, arte e invasões artísticas na cidade In: **Comunicação e conflitos urbanos**. Ano 14, 1º semestre, Rio de Janeiro, RJ, 2007, p. 104.

LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 12, n. 1, p.39-48, jan. 2015. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2711/1937>. Acesso em: 24 mar. 2021.

LIMA, Priscilla Nathani Pessoa de. **Protesto e spray**: o graffiti e a pichação como forma de intervenção artística e política na ditadura militar na cidade de São Paulo. 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Cultural, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193779>. Acesso em: 04 ago. 2020.

MUNHOZ, Nichollas Bichuete. **Pichadores de Florianópolis**: memória e relações de grupo em meio a metrópole contemporânea. 2014. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

NASCIMENTO, Mirian Alves do. Ajustes e desajustes em Florianópolis (1890-1930). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 49-57. 2008. Disponível em: <https://nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/345>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Arte de rua, estética urbana: relato de uma experiência sensível em metrópole contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 47, n. 1, p.25-48, jan. 2016. Semestral. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/5676>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil**. Curitiba: Appris, 2018.

TAVARES, Andréa. Ficções urbanas: estratégias para a ocupação das cidades. **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 21-30, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2021.

TERRAZA, Cristiane Herres. Cultura visual: Memória coletiva e a estética do espaço urbano. **Ciclos**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p.40-50, fev. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/ciclos/article/viewFile/5012/4079>. Acesso em: 24 mar. 2021.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KULCSAR, Rosa; KHOURY, Yara Maria Aun. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 3, n. 0, p. 47-54, nov. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12495/9064>. Acesso em: 24 mar. 2021.